

Conflitos, ocupação territorial e direitos relacionados à dinâmicas de produção e de abastecimento na capitania, província e estado do Rio de Janeiro – Brasil – século XVIII ao século XX

Organizadores:

Marina Monteiro Machado - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Moderador: Marcus Ajuruam de Oliveira Dezemone

A produção e o comércio de gêneros alimentícios no desenvolvimento da economia da Região Serrana do Rio de Janeiro no séc. XIX.

Gabriel Almeida Frazão (gabrielalmeidafraza@gmail.com). Instituto Federal Fluminense e INCT Proprietas, Brasil

A presente comunicação tem como objetivo analisar a relevância das atividades agropecuárias voltadas para o abastecimento do mercado interno na formação e no desenvolvimento de Nova Friburgo, município da Região Serrana da Província do Rio de Janeiro, no século XIX. O exame de periódicos de circulação local, de relatos de viajantes, de documentos cartoriais e administrativos dialoga com o trabalho de outros autores dedicados à História Agrária e do Abastecimento, o que possibilita a reflexão sobre as características do arranjo produtivo dessa região. Ainda que esse território, pelas suas características geográficas (altura e clima), não fosse propício para os cultivos voltados para a exportação, ele possibilitou o desenvolvimento de outras culturas. O estudo evidencia, assim, o papel de um conjunto de produtos agrícolas que, não somente garantiam a subsistência dos agricultores e de comerciantes, como, por estarem situados próximos ao Rio de Janeiro, supriam a crescente demanda de alimentos da capital do Império do Brasil.

Agropecuária; Abastecimento; Nova Friburgo; Região Serrana; Rio de Janeiro

Antigo aldeamento e importantes engenhos: produção de açúcar em Campos dos Goitacazes (séc. XVIII-XIX)

Marina Monteiro Machado (marinamachado@gmail.com). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

O presente estudo debruça-se sobre a capitania do Rio de Janeiro, centrado na passagem dos séculos XVIII para o XIX, para examinar a ocupação do norte-fluminense e as disputas envolvendo a posse das terras e expansão das Fronteiras, a partir da fundação e estabelecimento de aldeamentos indígenas que acompanhavam as margens do Rio Paraíba do Sul. As terras, sempre muito disputadas, destacavam-se pela fertilidade dos solos e facilidade de acesso pelas águas navegáveis, ambos os aspectos reflexos diretos do Rio Paraíba do Sul, que atravessava a então Capitania, para desaguar sua foz nos Campos dos Goytacazes. Um espaço que ao longo dos séculos seria objeto de disputas por parte de colonos de diferentes extratos sociais, destacando-se pela fertilidade das terras, nas quais era possível cultivar os mais variados alimentos, bem como a criação de gado. Ao longo do mencionado recorte, estabelecer-se-iam importantes Engenhos de

Açúcar, atividade lucrativa que aguçaria ainda mais os interesses pelas férteis terras, aumentando as disputas e os conflitos pelas terras outrora ocupadas pelos grupos indígenas.

Aldeamentos; Engenhos; Propriedade

Recampenização e descampenização no Estado do Rio de Janeiro (1980–2010): processos sociais e políticas públicas

Álvaro Mendes Ferreira (alvarofigueiro@yahoo.com.br) Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj)

Na década de 1980, em meio à crise do modelo desenvolvimentista brasileiro, várias ocupações organizadas de latifúndios improdutivos, sobretudo ao redor da capital, trouxeram à baila a questão agrária para as políticas públicas do Estado do Rio de Janeiro. Ao contrário doutras regiões brasileiras mais ruralizadas, os ocupantes fluminenses não eram a rigor lavradores sem-terras, antes contingentes urbanos, proletários e mesmo lumpemproletários com pouca tradição agrícola. Destarte a reforma agrária no Rio de Janeiro, além dos problemas inerentes à constituição de assentamentos rurais, também teve de lidar com a recampenização (em muitos casos, a campenização) dos assistidos, isto é, a (re)criação do modo de vida campesino

Neste trabalho, pretendemos entender não apenas as políticas públicas e as condicionantes sócio-históricas que favoreceram ou entravaram a (re)campenização nos assentamentos estaduais, mas também temática correlata que mereceu menos atenção na literatura: a descampenização daqueles, geralmente horticultores, que já estavam mais ou menos integrados nas frações inferiores da classe média. Nossas fontes são relatórios técnicos, planos de governo, cadastros, processos administrativos bem como trabalho de campo comparativo em dois assentamentos em Seropédica, um formado por colonização de lavradores abastados e outro por ocupação organizada por trabalhadores rurais.

Campeinato; Economia camponesa; Reforma agrária; Assentamentos rurais; Recampenização

Cultivos de subsistência na grande lavoura cafeeira de exportação fluminense: a fazenda Santo Inácio e a região serrana do Rio de Janeiro (1871-1987)

Marcus Dezemone (dezemone@gmail.com) UFF e UERJ, Brasil

Embora negligenciados pela historiografia tradicional, os cultivos de subsistência ocupam um papel fundamental nas regiões da grande lavoura cafeeira voltada para a exportação na província e depois estado do Rio de Janeiro.

Os estudos sobre a chamada “brecha camponesa” demonstraram a importância do acesso de cativos aos cultivos alimentares. A partir de corpus documental vinculado à fazenda Santo Inácio (Trajano de Moraes, RJ), o trabalho procura estudar, numa perspectiva de longa duração, como essa produção alimentar contribuiu para a construção de um projeto de permanência na terra, com uso de mão de obra familiar, pelos egressos da escravidão na origem do sistema de colonato. Além disso, pretende demonstrar como tais cultivos foram fundamentais para a apropriação da terra e para a construção de noções de direitos que seriam acionadas em mobilizações coletivas e resistências cotidianas contra a autoridade tradicional dos proprietários rurais.

Lavoura de subsistência; Lavoura cafeeira; Rio de Janeiro; Região serrana; Direitos